



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

ACÓRDÃO Nº 666/2016 – TCE –TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE nº 1664/2014.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Cadeia Pública Desembargador Raimundo Vidal Pessoa.

4- Exercício: 2013.

5- Responsável: Sr. José Lázaro Bezerra Campelo e o Sr. Jean Carlo Silva de Oliveira, Diretores da Cadeia Pública Desembargador Raimundo Vidal Pessoa, à época.

6- Unidade Técnica: DICAD/AM – Informação Conclusiva nº 13/2016 (fls. 195/198).

7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 3919/2016-MPC-CASA, do Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador de Contas (fls. 200/200v).

8- Relator: Auditor Mário José de Moraes Costa Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Cadeia Pública Desembargador Raimundo Vidal Pessoa. Exercício de 2013.

Revel. Contas Irregulares. Multas. Glosa. Prazo. Autorização para a Instauração da Cobrança Executiva. Notificação aos Interessados.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em sessão Plenária, no exercício da competência atribuída pelo art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c os arts. 1º, II, 2º, 4º e 5º, I, da Lei nº 2423/96 e arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em consonância**, com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

9.1- Considerar revéis os Senhores **José Lázaro Bezerra Campelo e Jean Carlo Silva de Oliveira**, responsáveis pela Cadeia Pública Desembargador Raimundo Vidal Pessoa ao longo do exercício de 2013;

9.2- Julgar Irregular, com fulcro nas disposições do art. 188, parágrafo 1º, III, b, da Resolução n.º 04/02 – TCE/AM, a Prestação de Contas do Sr. **José Lázaro Bezerra Campelo**, responsável (05 de junho de 2013 a 31 de dezembro de 2013) pela Cadeia Pública Desembargador Raimundo Vidal Pessoa, em virtude das seguintes impropriedades detectadas neste feito:

9.2.1- Ausência de parecer do dirigente do órgão de controle interno junto à prestação de contas (art. 10, III, da Lei n.º 2.423/96);

9.2.2- Ausência de justificativas para o não pagamento do empenho n.º 2008NE00271 (PRODAM Processamento de Dados do Amazonas SA) no valor de R\$ 945,05;



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

ACÓRDÃO Nº 666/2016 – TCE –TRIBUNAL PLENO

9.2.3- Fracionamento de despesas (1 – Materiais elétrico e eletrônico adquiridos em 26.06.2013 e 30.09.2013 dos credores Distrel Distribuidora Elétrica e Casa Dias Comércio e Rep. e 2 – Contratação de Serviços de manutenção e conservação de bens imóveis em 18.06.2013, 16.07.2013 e 16.11.2013 junto aos credores W Viana Francisco e Cristóvão M M Maddy por R\$ 7.981,50, 5.037,50 e 7.762,00 respectivamente);

9.3- Julgar Irregular, com fulcro nas disposições do art. 188, parágrafo 1º, III, b, da Resolução n.º 04/02 – TCE/AM, a Prestação de Contas do Sr. **Jean Carlo Silva de Oliveira**, responsável (entre 1º de janeiro de 2013 a 04 de junho de 2013) pela Cadeia Pública Desembargador Raimundo Vidal Pessoa, em virtude das seguintes impropriedades:

9.3.1- Ausência de justificativas para o não pagamento do empenho n.º 2010NE00039 (Manaus Ambiental SA) no valor de R\$ 336,30;

9.3.2- Fracionamento de despesas (1 - Gêneros alimentícios adquiridos em 18.02.2013 e 28.02.2013 dos credores Antônio Edilson A. de Moraes e Casa Dias Comércio e Rep. Ltda. por 7.984,00 e 8.000,00 respectivamente, 2 – Materiais educativos e esportivos adquiridos em 28.02.2013 e 29.05.2013 dos credores Casa Dias Comércio e Rep Ltda. e W VANNA Francisco por 7.973,30 e 6.900,00 respectivamente e 3 – Materiais elétrico e eletrônico adquiridos em 26.04.2013 e 17.05.2013 junto à Casa Dias Comércio e Rep Ltda. por R\$ 7.995,00 e 7.960,20 respectivamente);

9.3.3- Pagamentos de multas e juros, no dia 08/03/2013, ao Instituto Nacional de Previdência Social - INSS, gerando prejuízo ao erário no valor de R\$ 640,54 (seiscentos e quarenta reais e cinquenta e quatro centavos);

9.4- Multar:

9.4.1- O Sr. **José Lázaro Bezerra Campelo**, com fulcro nas disposições do art. 308, VI, da Resolução n.º 04/02 – TCE/AM, em **R\$ 8.768,25** (oito mil setecentos e sessenta e oito reais e vinte e cinco centavos), em razão das restrições elencadas nas letras “a”, “b” e “c” do item 2 da Conclusão do Relatório/Voto;

9.4.2- O Sr. **Jean Carlo Silva de Oliveira**, com fulcro nas disposições do art. 308, VI, da Resolução n.º 04/02 – TCE/AM, em **R\$ 8.768,25** (oito mil setecentos e sessenta e oito reais e vinte e cinco centavos), em virtude das restrições elencadas nas letras “a”, “b” e “c” do item 3 da Conclusão do Relatório/Voto;

9.5- Determinar ao Sr. **Jean Carlo Silva de Oliveira** que devolva, em favor do erário estadual, a quantia de **R\$ 640,54** (seiscentos e quarenta reais e cinquenta e quatro centavos) em razão de pagamento injustificado de multas e juros ao Instituto Nacional de Previdência Social - INSS;



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

ACÓRDÃO Nº 666/2016 – TCE –TRIBUNAL PLENO

9.6- Conceder prazo de 30 (trinta) dias para que os interessados recolham, em benefício do erário estadual, os valores das multas e do alcance a eles impostos;

9.7- Autorizar, desde já, a **instauração de cobrança executiva** caso não haja recolhimento, no prazo fixado, dos montantes imputados por esta Corte de Contas;

9.8- Notificar os interessados sobre o desfecho concedido a estes autos;

9- Ata: 28ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

10- Data da Sessão: 09 de Agosto de 2016.

11- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente, em substituição), Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Mario Manoel Coelho de Mello e Alípio Reis Firmo Filho (Convocado).

11.1- Auditor presente e Relator: Mário José de Moraes Costa Filho.

12- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Presidente, em substituição

MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO
Auditor-Relator

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA
Procurador-Geral